

Uma história da relação entre saúde e educação física na educação brasileira

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior*

RESUMO

As relações entre Medicina e Educação Física no Brasil datam do século XIX. Esta pesquisa vem analisar a influência do pensamento médico no desenvolvimento da Educação Física na principal instituição escolar brasileira da época, o Imperial Collegio de Pedro Segundo (CPII), fundado no Rio de Janeiro em 1837. Para a realização do estudo, documentos impressos sobre o CPII localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foram coletados. A análise do material foi realizada de acordo com a metodologia da História Cultural. O resultado demonstra que médicos brasileiros elaboraram discursos e ações em favor da prática da atividade física como veículo de promoção da saúde, o que foi fundamental para a entrada da Educação Física no CPII e nas demais escolas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Física e Treinamento. Promoção da Saúde. História.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a influência dos discursos médicos na história do processo de escolarização da Educação Física no Brasil. Tomou-se como espaço de análise uma das principais instituições educacionais brasileiras, o “Imperial Collegio de Pedro II” (CPII), fundado no Rio de Janeiro, em 1837.

O CPII foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário organizado pelo governo imperial brasileiro, a instituição educativa que estabeleceu uma forma escolar distinta de socialização dos jovens da boa sociedade brasileira (MATTOS, 1999).

O ensino organizado no CPII esteve orientado durante parte do período político imperial por uma perspectiva educacional que enfatizava os conhecimentos das Letras. Denominado de “Educação Litteraria”. Esse modelo dava prioridade ao ensino das línguas clássicas e modernas, incorporava saberes científicos, bem como as *Belas Artes*: a música, o desenho e os “exercícios gymnásticos”. Como ressaltou Maria Haidar (1972), poucos foram os colégios secundários brasileiros que, no período imperial, incorporaram em seus currículos estas atividades. No entanto, observou-se que o CPII ofereceu aos seus alunos aulas de música e desenho, desde os primeiros anos de sua fundação, inaugurando, em 1841, as lições do saber escolar, que hoje denominamos Educação Física.

Analisar o processo de escolarização da Educação Física no Brasil, do ponto de vista histórico, amplia a compreensão sobre as bases teóricas que justificaram e permitiram o desenvolvimento deste saber escolar.

2 REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com base no referencial teórico-metodológico da História Cultural (CHARTIER, 1990; HUNT, 1989), com uma revisão da literatura sobre a História da Educação Física e História da Educação. As informações e dados específicos sobre o processo de escolarização da Educação Física no CPII foram obtidos a partir da análise de um conjunto de documentos localizados no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), que reúne correspondências, requerimentos e ofícios trocados entre os Reitores do Colégio e o Ministério do Império entre 1837 e 1888¹.

A produção teórica sobre a História da Educação Física no Brasil mostra que médicos e militares tiveram grande importância na introdução e no desenvolvimento deste saber em nossas escolas (CASTELLANI FILHO, 1988; CUNHA JUNIOR, 1998; FERREIRA NETO, 1999; GOELLNER, 1993; MELO, 1998; SOARES, 1994).

As fontes inspiradoras de médicos e militares brasileiros foram produções européias do Século XIX, especialmente, de intelectuais da Alemanha, França, Dinamarca e Suécia, que defendiam os “exercícios gymnásticos” como meios de regenerar a raça, promover a saúde, desenvolver a coragem, força, vontade e “a energia de viver para servir à Pátria nas guerras e na indústria” (SOARES, 1998).

Os exercícios físicos eram praticados no Brasil, do início do Século XIX, quase que exclusivamente como parte do treinamento fornecido pelo Exército e pela Marinha Imperial. Seus fins eram desenvolver

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desportos, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Física e do Esporte (GEPHEFE) – Juiz de Fora, MG. E-mail: carlos.fernando@ufjf.edu.br

força, destreza, resistência, coragem e disciplina nos soldados, preparando-os para o exercício das funções militares, principalmente, o combate.

A prática dos exercícios físicos começa a deixar de ser exclusividade do meio militar brasileiro, quando essas práticas são identificadas por intelectuais brasileiros, especialmente, os médicos, como atividades relevantes à educação civil. Assim como na Europa, os “exercícios gymnasticos” passam a ser defendidos pelos médicos brasileiros, a partir de sua identificação com o discurso científico da época.

Pesquisadores como José Gonçalves Gondra (2000) e Fernanda Simone Lopes de Paiva (2003) tem estudado o pensamento médico brasileiro oitocentista de maneira apurada. Seus focos centrais foram teses elaboradas pelos doutores formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição que, na visão de José Gondra (2000), formulou um projeto de educação escolar para o Brasil, no qual se pode notar a forte presença dos “exercícios gymnasticos”.

Fernanda Paiva (2003) analisou as teses voltadas especificamente para as temáticas “educação physica” e “exercícios gymnasticos”, o que permitiu à autora identificar opiniões e argumentos comuns sustentados pelos médicos brasileiros ao longo do Século XIX. A prática dos “exercícios gymnasticos” foi defendida pelos benefícios que traria ao trabalho intelectual dos alunos (descansar a mente através do exercício corporal), pelos bons hábitos e boa moral que ajudariam a construir (disciplina, retidão e autocontrole), como meio de inibir “vícios” (onanismo, homossexualismo) e, principalmente, por ser um instrumento relevante para o desenvolvimento da saúde dos alunos.

A defesa que os médicos elaboraram em favor da Educação Física, ao longo do Século XIX, não foi acompanhada de ações efetivas para dotar as escolas brasileiras deste saber. Os próprios médicos denunciavam em suas teses e outros escritos que somente em raras exceções no campo educativo podia ser observada a prática dos “exercícios gymnasticos”. O CPII era uma dessas exceções e talvez tenha sido a primeira instituição de ensino oficial que admitiu a Educação Física em seu interior.

Em 1841, o CPII contrata seu primeiro “Mestre de Gymnastica”, Guilherme Luiz de Taube, Capitão do Exército Imperial. Por meio de carta enviada ao Ministério do Império, dirigindo-se ao Imperador Dom Pedro II, Taube exprimiu seu desejo de “introduzir e ensinar os exercicios gymnasticos” no Colégio:

Vém elle offerecer-se a V.M.I. p.^a para introduzir e ensinar no Collegio, que tomou o glorioso nome de V.M., exercicios gymnasticos aos estudantes. Estes exercicios são reccommendados pela Revista

Medica como meios de utilidade para a mocidade: estes exercicios são adoptados em todos os Collegios e Lyceos da Europa, como meios de desenvolver as forças do corpo, e tambem as d'alma².

A condição de oficial do Exército Imperial atestava a experiência de Guilherme de Taube com os exercícios critério para empregá-lo no CPII como “Mestre de Gymnastica”. Coube ao Reitor Joaquim Caetano da Silva decidir sobre sua contratação. O Reitor, médico formado em Paris, reconhecendo a importância da introdução da ginástica no CPII, ressaltou, através de ofício enviado ao Ministro do Império, o “quanto seria precioso para o mesmo Collegio a instituição de semelhantes exercicios”³.

O Reitor Joaquim Caetano aprovou a introdução dos “exercicios gymnasticos” no CPII, influenciado pelos exemplos dos colégios europeus e pelos argumentos que circulavam nas discussões médicas, em favor da utilidade desta prática no meio escolar. É interessante notar como o militar Guilherme de Taube se valeu do discurso médico para justificar a presença dos “exercicios gymnasticos” na instituição, segundo ele, atividades recomendadas pela “Revista Médica como meio de utilidade para a mocidade”.

Assinado o contrato de Guilherme de Taube, restava ainda acertar detalhes de seu ofício no CPII, bem como o valor de seus vencimentos, os dias e o número das lições a serem dadas:

Em observancia ao Aviso de 21 de Agosto proximo passado, em que V. Ex.^a me ordena que informe qual será o ordenado que convem consignar ao Instructor de Gymnastica de que precisa este Collegio: tenho a honra de propôr o ordenado annual de quatrocentos mil reis, obrigando-se elle a dar em cada semana sete horas de exercicio, a saber duas na quinta feira, e huma em cada hum dos cinco dias de aula⁴.

De acordo com as recomendações do Reitor, as lições de “exercicios gymnasticos” deveriam ser oferecidas em seis dias da semana. Cada uma das lições compreenderia o tempo de uma hora, menos na quinta-feira, dia feriado no Colégio, quando a duração da aula seria aumentada para duas horas de exercícios. A prática regular e diária dos exercícios era defendida pelos médicos como um dos fatores necessários para garantir seus benefícios. O Reitor Joaquim Caetano empenhou-se em assegurá-la no CPII.

Guilherme de Taube deixou o CPII em 1843. O Colégio ficaria sem “Mestre de Gymnastica” durante três anos. Como ressaltou Joaquim Caetano da Silva,

era difícil encontrar pessoa que reunisse as habilidades necessárias ao cargo naquela época:

Não sendo facil achar hum bom Mestre de Gymnastica, e correndo os alumnos continuo risco, se elle sahir maó; com o mais profundo respeito tenho a honra de lembrar a V. Exc. a conveniencia de substituir-lhe hum Mestre de Dança ⁵.

Experiência e perícia eram as principais capacidades exigidas dos “mestres de gymnastica”, pois sem elas considerava-se que os alunos poderiam ser colocados em situação de risco à sua saúde. Joaquim Caetano da Silva recomendava a dança como um paliativo para atenuar a ausência dos “exercícios gymnasticos”, no que foi atendido pelo Ministro do Império.

No ano de 1846, o reitor aprovou a indicação feita pelo Ministro do Império, que recomendava ao CPII um novo “Mestre de Gymnastica: “parece-me de summo proveito para o Collegio, porque há perto de quatro annos que estão os alumnos privados de exercicios gymnasticos, e não se encontra Mestre” ⁶.

O candidato era Frederico Hoppe. Assim como Guilherme de Taube, Hoppe possuía formação militar, no caso deste desenvolvida no interior do Exército Espanhol. Chegando ao Brasil, o Coronel Hoppe ofereceu-se ao CPII para “por em movimento com honra alguns dos recursos de sua primeira educação e sendo as armas as que desde seus mais ternos anos tem manejado, a elas acudiu, excitando a juventude brasileira a aprendê-las sob sua direção” ⁷.

O governo imperial brasileiro nomeou Frederico Hoppe como Mestre de Armas da Academia da Marinha, logo quando ele chegou à Corte. Ele também assumiu a responsabilidade de ministrar lições de esgrima no Colégio Botafogo, importante estabelecimento particular do Município Neutro. No entanto, o desejo de Hoppe era trabalhar no CPII, o que ele solicitou ao Ministro do Império, ainda em 1841:

No Colegio de Botafogo também consegui que alguns pais de familia me entregassem seus filhos para fazê-los conhecer sobre um nobre e cavalheiresco sentido o manejo das armas; peso nada me liongearia tanto, Sênor, como eu Maestro de ellas en el Collegio alque V.M.I. de concede su tan distinguido y honroso título: el de Pedro 2° ⁸.

O Ministro do Império recebeu o requerimento de Hoppe e pediu o parecer do Reitor Joaquim Caetano

da Silva. Este declarou não concordar com a admissão do militar espanhol, pois o cargo de “Mestre de Gymnastica” do CPII estava, na época, preenchido por Guilherme de Taube. Três anos depois, Frederico Hoppe solicitou novamente o cargo no Colégio da Corte:

Constando-lhe que no Collegio de Pedro 2° a educação da mocidade nesta parte está abandonada com notavel prejuizo do desenvolvimento fisico, e mesmo intellectual dos educandos: vem a V.M.I. offercer seu prestimo neste ramo de ensino, ficando o supplicante considerado como mestre naquelle collegio [...]. O ensino, o exercicio das armas, que constitue na Europa uma parte da educação polida, e fina, he um objecto na verdade de notavel utilidade, e sem duvida essencial á mocidade que recebe a educação dentro dos recintos dos collegios, ou seja porque este ensino considerado como exercicio gymnastico dê vigor ao corpo, estabeleça melhor as proporções fisicas, e concorrendo para o desenvolvimento das faculdades intellectuais tão dependente da saude, e da fortaleza do corpo predisponha o espirito para a melhor aquisição dos conhecimentos humanos, o qual fica ordinariamente enervado com o habito sedentario, acanhado, e frouxo que se adquire naturalmente dentro do circulo das casas de educação; ou seja pôrque considerado como distracção he aquela que mais serve o recreio á utilidade, dando mais um polimento a educação. E mais um verdadeiro conhecimento das concepções humanas em uma arte que não he sem muito proveito para diversos ramos de serviço publico, e de defesa individual. E pois que no pé que está montado o Colegio de Pedro 2° , o mais notavel do Império, a falta deste ensino, que forma sem duvida um complemento da educação, não pode deixar de tornar-se muito sensivel, tanto mais quanto há ali carencia absoluta de objectos de recreio, e a gymnastica que então estava admittida sem as vantagens da esgrima, está hoje abandonada, o supplicante entende que he esta, que commprehendendo todas as conveniencias da gymnastica na parte que estava ali em pratica offerece outras de mais

subido interesse, a que hoje he preferível adoptar, e admitir no Collegio⁹.

Hoppe ofereceu seus serviços como “Mestre de Esgrima” ao CPII, apelando para o compromisso de Dom Pedro II com o desenvolvimento das “ciências e das artes” brasileiras. Segundo ele, a esgrima, considerada “exercício gymnastico”, um conteúdo da “gymnastica”, fazia parte da educação polida e fina, oferecida pelos colégios europeus à elite daqueles países. Sua introdução no CPII viria a superar os resultados que os “exercícios gymnasticos” até então oferecidos tinham alcançado. De acordo com o mestre, a utilidade e os benefícios da esgrima eram de várias ordens: dava vigor ao corpo, moldando-o de modo proporcional; auxiliava no desenvolvimento das faculdades intelectuais, predispondo o espírito para a melhor aquisição dos conhecimentos; combatia o hábito sedentário que poderia se adquirir num colégio; servia como meio de defesa individual, como distração e como atividade útil para preencher o tempo do recreio das escolas.

A argumentação de Frederico Hoppe em favor da esgrima é subsídio que leva a perceber a relação estabelecida entre os discursos de médicos e de militares no processo de escolarização da Educação Física, no Brasil. Nota-se que os militares, muitas vezes, utilizaram o discurso produzido pelos médicos para defender sua intervenção e a introdução de seus métodos e conteúdos na instituição escolar. É o caso de Hoppe. Ele valeu-se do discurso em favor da saúde, por exemplo, para defender a introdução da esgrima no CPII. No entanto, se os militares utilizaram o discurso médico, eles também produziram um discurso específico, como percebemos por Frederico Hoppe, que defendia a esgrima por ser um instrumento de defesa individual, um argumento característico do meio militar. Assim, considera-se que os discursos médicos e militares, a respeito dos “exercícios gymnasticos”, possuíram certo grau de autonomia e especificidade, bem como de unidade e, por vezes, de interdependência.

O coronel Francisco Hoppe foi nomeado “Mestre de Gymnastica” do CPII em 1846. Novamente a questão dos vencimentos seria objeto de problemas e discussões no Colégio. Quando de sua entrada, Hoppe solicitou um salário anual de oitocentos mil réis, cifra considerada elevada se comparada aos vencimentos recebidos pelos professores e os outros mestres da instituição. Estabeleceu-se uma polêmica. Hoppe não aceitava assumir o cargo se a ele fosse pago o salário estabelecido pelos estatutos, ou seja, quatrocentos mil réis. O próprio Imperador Dom Pedro II teve que intervir no caso e mandou fixar os vencimentos do “Mestre de Gymnastica” em quinhentos mil réis,

valor igual àquele recebido pelos mestres de música e desenho. No entanto, Hoppe não se deu por satisfeito e insistiu nos oitocentos mil réis. Segundo ele, o CPII deveria seguir o exemplo dos colégios públicos europeus, nos quais os Mestres de Armas recebiam vencimentos superiores aos responsáveis pelas outras atividades e conhecimentos:

O supplicante entrando para o Collegio teve logo de ensinar a sessenta discipulos, e lhe foi declarado pelo Director que suas lições devião de ter lugar todos os dias [...]. Este numero pois de discipulos logo ao principio, que o prepara para muito maior em pouco tempo, e a obrigação diaria fizerão com que o supplicante não pudesse sustentar sua sociedade d’armas, um dos recursos de que vivia, e que lhe não demandava grandes esforços. Alem disto ensinando o supplicante no colegio particular de Pedro de Alcântara, onde não é obrigado senão a trez lições por semana, percebe por cada discipulo seis mil réis que calculado quando menos em dez alumnos tem o supplicante um quantitativo por mez superior ao que recebe do Collegio de Pedro 2º sem o grande trabalho deste, e a obrigação de todos os dias, o que lhe faz crer que ainda a quantia pedida no seu requerimento é muito inferior às vantagens que o supplicante pode tirar de sua profissão distribuindo o seu tempo antes no ensino particular, do que do publico, tempo que aliás esta todo empregado, nas horas mais apropriadas, ao seu magistério no Collegio de Pedro 2º. E se a este se ajunta a consideração de que na Europa os mestres d’armas dos collegios publicos são dotados em quantia superior ao de qualquer outro ensino¹⁰.

Sem alcançar êxito nas reivindicações de aumento dos vencimentos ou de diminuição da carga horária semanal no CPII, Frederico Hoppe deu prioridade ao ensino nos colégios particulares e na sua “Sociedade D’Armas”. Ele foi demitido do CPII em 1848, mas após três meses, Hoppe solicitou ao Ministro do Império e ao Reitor sua readmissão no Colégio¹¹. Ele prometia cumprir fielmente suas funções, mas impunha como condição para retornar ao Colégio, que os “exercícios gymnasticos” fossem oferecidos somente em três lições semanais. Joaquim Caetano da Silva concordava com a volta de Hoppe, mas fazia ver

ao Ministro do Império a importância dos “exercícios gymnasticos” serem praticados diariamente pelos alunos do CPII: “parece-me que não convem privar os alumnos de huma hora de gymnastica cada dia”¹².

A questão estava colocada da seguinte forma: Frederico Hoppe exigia o aumento dos vencimentos marcados para o “Mestre de Gymnastica” ou a diminuição da frequência semanal das lições, enquanto Joaquim Caetano da Silva defendia a prática diária dos “exercícios gymnasticos”.

O impasse foi decidido em favor de Hoppe. A escassez de pessoa habilitada a se responsabilizar pelo ensino da ginástica parece ter sido o principal motivo que fez Joaquim Caetano recuar de seu propósito. Em novembro de 1848, Frederico Hoppe foi recontratado pelo CPII e as lições de “exercícios gymnasticos” passaram a acontecer em três lições semanais.

O “Mestre de Gymnastica”, apesar de ter se comprometido a cumprir fielmente seu ofício no CPII, assim não o fez. No ano seguinte, 1849, Frederico Hoppe voltou a faltar às lições, fato denunciado ao Ministro do Império pelo reitor do Colégio. Hoppe foi demitido. O Ministro do Império mandou chamar para o seu lugar, Antônio Francisco Gama, “Mestre de Esgrima” da Escola Militar do Rio de Janeiro, a instituição responsável por formar os oficiais do Exército Imperial.¹³

Em 1855, o Decreto n.º. 1556, de 17 de fevereiro, baixou um novo Regulamento para o CPII. Por força legal, os “exercícios gymnasticos” deveriam ser praticados diariamente pelos alunos durante as horas de recreação, medida que fazia sobressair a ginástica, enquanto meio de ocupar e regular o tempo disponível dos jovens com atividades produtivas que, pelo uso do corpo, descansassem o espírito, predispondo-o para as lições das cadeiras teóricas.

Nesse mesmo ano, o Ministro do Império destacou em seu relatório a importância da prática dos “exercícios gymnasticos” para os alunos do CPII, atividade que, segundo ele, via-se dificultada pela falta de espaço conveniente no prédio do Colégio. Este foi um dos argumentos utilizados por Couto Ferraz para defender a organização de outro espaço para fazer funcionar o CPII, o Internato:

Este edificio não póde continuar a servir para o internato. Já insufficiente no estado em que se acha, porque ali não ha onde accomodar convenientemente os repetidores, nem onde ter salas com o espaço necessario para todas as aulas; visto como os dormitorios occupam as principaes divisões do edificio; pouco salubre já por sua posição no centro da Cidade para conter o avultado numero

de alumnos internos que possui, e que tende a augmentar extraordinariamente, já pela humidade que domina grande parte do edificio, e finalmente inconveniente pela falta muito sensivel de logares de recreio, e nos quaes os meninos façam os exercicios gymnasticos, tão essenciaes em sua idade, e tão recommendados para sua educação physica por todas as autoridades competentes [...] O Governo carece de procurar primeiramente uma casa com as convenientes condições fora da cidade, em sitio recommendado por sua salubridade, e onde os alumnos possam passear nas horas de recreio, nos Domingos e Dias Santos, e entregarem-se aos exercicios que acima me referi (p.59–60)¹⁴.

Especialmente a partir da metade do século XIX, o discurso médico passaria a influir nas ações de legisladores e dirigentes responsáveis pela instrução pública, principalmente no que dizia respeito à organização e à regulação do espaço escolar. No caso em questão, ao criticar o prédio do CPII, Couto Ferraz propunha a criação do Internato, um espaço que deveria ser organizado de acordo com os requisitos considerados pelos médicos como fundamentais ao pleno desenvolvimento da tarefa educativa: distante do centro da cidade, próximo à natureza, salubre, amplo, arejado e “com terreno sufficientemente espaçoso não só para gymnastica, banhos, e natação, como para recreio dos mesmos alumnos” (p.385)¹⁵.

O Internato foi fundado em 1857, seu prédio localizado no Engenho Velho, um bairro rural, afastado do centro do Rio de Janeiro. Segundo o Ministro Couto Ferraz, o local reunia várias das condições mais favoráveis à instalação de um estabelecimento educativo como, por exemplo, o amplo espaço a ser utilizado para desenvolver a “educação physica” dos alunos:

A residência dos alumnos em uma chacara fóra do centro da cidade, os passeios que ali poderão dar nas horas de recreio, nos domingos e dias santos de guarda, sempre debaixo da vigilancia do reitor e dos inspectores, os exercicios gymnasticos em grande escala, a natação, etc, etc, hão de sobremodo concorrer para dirigir e aperfeiçoar a sua educação physica (p.65)¹⁶.

O Decreto n.º. 2006, de 24 de outubro de 1857, documento que oficializou a criação do Internato do CPII, fazia referência direta aos “exercícios gymnasticos”, considerando-os como uma das matérias do

curso de estudos do Colégio. O documento também retirou o caráter obrigatório dos “exercícios gymnasticos”, bem como das matérias desenho, música, dança e italiano. As lições dos “exercícios gymnasticos”, facultativas, deveriam acontecer às quintas-feiras, podendo ainda, de acordo com a decisão do Reitor, ocupar as horas de recreação dos alunos. No entanto, o horário de 1858¹⁷ revela que os “exercícios gymnasticos” passaram a ser oferecidos somente aos alunos matriculados nos primeiros anos do curso, às quintas-feiras, no horário fixo entre 17h e 18h. A “gymnastica”, portanto, não teria mais sua prática diária, obrigatória e estendida a todos os alunos do CPII, o que se explica, principalmente, pela disputa entre as diversas matérias pelos tempos da jornada escolar do Colégio¹⁸.

Ainda que os “exercícios gymnasticos” tenham perdido seu caráter obrigatório, em 1857, ressaltamos que suas lições eram regularmente frequentadas por um número significativo de alunos, como podemos verificar pelos “Mapas de Matrícula”, documentos produzidos na década de 1860. Assim, em 1865, 143 alunos frequentaram as lições de “exercícios gymnasticos”, em 1866, 148; em 1867, 118; e em 1868, o mesmo número.

Nesse período, percebe-se também que a prática da ginástica passou a ser oferecida em um número maior de colégios do Município da Corte, inclusive de alguns destinados às mulheres, como verificamos pelos “Mapas de Matrículas da Instrução Secundaria”, documentos elaborados pela “Inspectoria Geral da Instrução Primaria e Secundaria do Municipio da Corte”. Em 1866, 566 alunos frequentavam lições de “exercícios gymnasticos” no CPII e em outros estabelecimentos particulares; em 1867, 761 alunos; em 1868, 729 alunos.

Se a perda do tempo diário e da obrigatoriedade indica a queda da importância dos “exercícios gymnasticos” no interior do CPII, a decisão de construir um lugar específico para sua prática mostra o contrário. A prática da “gymnastica”, que até antes da criação do Internato era realizada de forma improvisada no pátio do Colégio, a partir de 1858 passaria a acontecer num local próprio, chamado de “gymnasio” pelo Inspetor de Instrução Pública do Município da Corte:

A respeito do ensino da gymnastica e do desenvolvimento da educação physica e moral, principalmente no internato que se acha em condições mais adequadas, tenho chamado a atenção do reitor para o gymnasio daquelle estabelecimento, visto que infelizmente as molestias que affligem o respectivo professor tinhão

paralysado a aquisição dos objectos necessarios para que a escola funcione e que se não encontrão no mercado: nomeado porém um substituto pelo mesmo professor indicado, trata-se de dar vida real a esta tão util criação, que provavelmente, sendo imitada pelas escolas publicas e collegios particulares, marcara uma nova época para a educação physica da mocidade brasileira (p.10)¹⁹.

O “gymnasio” do CPII encontrava-se em construção quando o então “Mestre de Gymnastica”, Antônio Francisco da Gama, responsável pelo empreendimento, ausentou-se do Colégio por motivo de doença. Para seu lugar, Gama indicou Pedro Guilherme Meyer, alferes do Exército Imperial Brasileiro. Meyer assumiu as lições de “exercícios gymnasticos”, bem como a coordenação da obra do “gymnasio”, lugar que, na opinião do Inspetor, serviria de exemplo aos demais estabelecimentos colegiais, em prol da difusão da “educação physica da mocidade brasileira”.

A construção de um lugar próprio para a prática dos “exercícios gymnasticos” não ficou restrita ao Internato. Em 1859, o Externato recebeu seu “pórtico gymnastico”, local que, segundo o Ministro do Império José Antônio Saraiva, reunia “os apperellos e as peças indispensaveis aos exercicios convenientemente dirigidos e graduados” (p.6)²⁰.

3 CONCLUSÃO

No presente texto, especialmente a partir de um conjunto de fontes primárias localizadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, tratou-se do processo de escolarização e disciplinarização da Educação Física, no interior do CPII, entre 1841 e 1859. Identificou-se as principais representações que circularam sobre os “exercícios gymnasticos”, os sujeitos que por eles foram responsáveis, bem como acompanhamos a organização de seus tempos e de seus espaços no Externato e no Internato do Colégio da Corte.

Em conclusão, deve-se ressaltar os ângulos que podem ser abertos, a partir do estudo do cotidiano da Educação Física, nas escolas brasileiras do século XIX. Especialmente, registrou-se a influência dos discursos médicos em favor da inserção da ginástica no CPII, processo que contou ainda com a ação concreta do médico e Reitor Joaquim Caetano da Silva.

Perceber e analisar as relações da Educação Física com a Medicina e a Saúde no Século XIX é convite e estímulo a fazer o mesmo exercício nos tempos de hoje.

NOTAS

- 1 O Ministério do Império era o responsável pelos assuntos relacionados à educação. O conjunto de documentos apresenta correspondências, mapas de matrículas, atas de reunião, planos de ensino, ofícios, requerimentos, notas de compras e outras fontes sobre o CPII durante o Século XIX.
- 2 A carta está anexada aos documentos pertinentes à nomeação de Guilherme de Taube. Estes escritos foram encontrados junto ao ofício enviado pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva para o Ministro Candido Viana, em 9 de junho 1841. Os documentos foram localizados no Arquivo Nacional e estão guardados na pasta registrada sob o código IE4-29
- 3 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Candido Viana, em 13 de agosto de 1841. Documento localizado no Arquivo Nacional, guardado na pasta código IE4-29.
- 4 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império Candido Viana, em 3 de setembro de 1841. Documento localizado no Arquivo Nacional, guardado na pasta código IE4-29.
- 5 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado para o Ministro do Império José Antonio da Silva Maya, em 15 de junho de 1843.
- 6 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império em 12 de setembro de 1846. O documento foi localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta sob o código “C 272-6: ICP – ginástica: aulas de”
- 7 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império em 10 de outubro de 1841. Este documento foi localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta código □ C 272-6: ICP □ ginástica: aulas de□.
- 8 Documento redigido por Frederico Hoppe, anexo ao ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império em 10 de outubro de 1841. Este documento foi localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta registrada sob o código □ C 272-6: ICP □ ginástica: aulas de□.
- 9 Documento que reproduz solicitação de Frederico Hoppe. Sem autor e datado 11 de setembro de 1846. Localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta código □ C 272-6: ICP □ ginástica: aulas de”.
- 10 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império em 24 de outubro de 1846. Este documento foi localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta código □ C 272-6: ICP □ ginástica: aulas de”.
- 11 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império em 12 de agosto de 1848. Este documento foi localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta registrada sob o código □ C 272-6: ICP □ ginástica: aulas de”.
- 12 Ofício do Reitor Joaquim Caetano da Silva enviado ao Ministério do Império em 31 de agosto de 1848. Este documento foi localizado na Biblioteca Nacional, na seção de manuscritos, guardado na pasta registrada sob o código □ C 272-6: ICP □ ginástica: aulas de”.
- 13 Não conseguimos reunir maiores informações sobre o trabalho exercido com os exercícios gymnasticos no CPII entre 1849 e 1855. Antônio Francisco Gama trabalhou no CPII até 1859.
- 14 Relatório do Ministério do Império de 1855.
- 15 Decreto nº. 2006, de 24 de outubro de 1857.
- 16 Relatório do Ministério do Império de 1856.
- 17 Ver “Tabella das horas das aulas do Internato do Imperial Collegio de Pedro Segundo no anno lectivo de 1858”. Tabela de horários assinada em 25 de abril de 1859 por Theophilo das Neves Leão, Secretário do CPII. Documento anexo ao Relatório do Ministério do Império de 1858.
- 18 Em 1862, o Decreto nº. 2883 de 1 de fevereiro de 1862 alterava o regulamento do CPII, sem, no entanto, fazer modificações nos exercícios gymnasticos.
- 19 Relatório do Inspetor de Instrução Pública do Município da Corte. Documento anexo ao Relatório do Ministério do Império de 1857.
- 20 Relatório do Ministério do Império de 1860.

A history of the relationship between health and physical education in Brazilian education

ABSTRACT

As the relations between Medicine and Physical Education in Brazil date back to the nineteenth century, this study aims to analyze the physicians' thinking leading to the development of physical education at the *Imperial Collegio de Pedro Segundo – CPII* (Imperial School of Pedro Segundo), the main school established in *Rio de Janeiro* in the year 1837. For that study, documents found at the *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro* (National Archive in Rio de Janeiro) were studied. To approach that material it was used the methodology of the Cultural History. The results show that the Brazilian physicians had discourses and actions in favor of the practice of physical activity as a means to promote health, which was fundamental for the physical education to become a subject at the school above as well as at other Brazilian schools onwards.

Keywords: Physical Education and Training. Health Promotion. History

REFERÊNCIAS

- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CUNHA JUNIOR, C. F. F. A produção teórica brasileira sobre educação física/gymnastica publicada no século XIX: autores, mercado e questões de gênero. In: NETO, A. F. (Org.). **Pesquisa histórica na educação física**. Aracruz: FACHA, 1998. v. 3, p.19-47.
- FERREIRA NETO, A. **A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)**. Aracruz: FACHA, 1999.
- GOELLNER, S. V. **O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola**. Campinas, SP: Unicamp, 1993.
- GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de, VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.
- HAIDAR, M. L. M. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1972.
- HUNT, L. **The new cultural history**. California: University of California Press, 1989.
- MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MELO, V. A. A educação física nas escolas brasileiras: esporte ou ginástica? In:
- FERREIRA NETO, A. (Org.) **Pesquisa histórica em educação física**. Aracruz: FACHA. 1998. v. 3, p. 48-68.
- PAIVA, F. S. L. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da educação física no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2003.
- SOARES, C. L. **Educação física: raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

Enviado em 4/9/2009

Aprovado em 30/9/2009